

Pensar as mulheres e os gêneros nas lutas populares: debates e definições

Anne-Marie Veillette¹

Nilza Rogéria de Andrade Nunes²

Este número especial da revista *O Social em Questão*, intitulado Mulheres, Gêneros e Lutas Populares, representa um dos muitos resultados de nossas pesquisas mútuas sobre o protagonismo das mulheres moradoras das favelas do Rio de Janeiro, bem como de um longo compromisso político com elas e com as lutas por justiça social de forma mais ampla. Somos – as organizadoras deste número – duas pesquisadoras de diferentes disciplinas, instituições e países. Nilza Rogéria de Andrade Nunes é assistente social e professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Trabalha com mulheres nas favelas em questões de promoção e defesa da saúde por várias décadas antes de se dedicar à pesquisa. Anne-Marie Veillette é especialista em questões decoloniais e feministas, tendo se formado em várias instituições no Canadá e nos Estados Unidos, enquanto continua sua pesquisa com mulheres das favelas. Somos duas mulheres brancas, profissionais e acadêmicas, que nunca moraram nas favelas. No entanto, foi o nosso compromisso político com as mulheres com quem trabalhamos e com a justiça social que nos motivou a organizar esta edição especial.

Mais especificamente, esse compromisso é acompanhado pela observação feminista de que as mulheres das favelas são agentes fundamentais de transformação social, tanto em suas comunidades como fora delas (NUNES, 2018). No entanto, no imaginário da cidade, elas raramente são reconhecidas por suas contribuições sociais, políticas, culturais e econômicas, muito menos por seus esforços de transfor-



mação social (VEILLETTE, 2022). Esse fato está longe de ser exclusivo das favelas do Rio de Janeiro ou mesmo do Brasil. Por meio de diálogos em vários contextos nacionais, urbanos e disciplinares, rapidamente ficou claro que as mulheres, especialmente as que fazem parte de lutas populares, desempenham um papel proeminente na transformação, mesmo se este continua a ser secundarizado ou invisibilizado por perspectivas eurocêntricas e androcêntricas. Surge, então, a pergunta sobre o que são essas lutas populares, que papéis as mulheres desempenham nelas, por quais meios esses papéis são secundarizados e por que seu protagonismo demora a ser reconhecido além dos chamados movimentos de "mães", "mulheres" ou "feministas".

Para responder a essas perguntas, precisamos ser capazes de definir os termos que estão em jogo aqui. Invertendo nosso tema, vamos começar com o termo "popular". Ao usar esse termo, nosso objetivo é evitar a referência a um local específico de enunciação (de fala) ou ação, a uma classe, um posicionamento ou a uma identidade. De acordo com o senso comum, procuramos manter o significado polissêmico do termo, que pode ser usado para descrever um movimento reacionário, bem como um movimento salvífico ou revolucionário. Para nós, o termo popular refere-se a uma força política fluida e mutável, que inclui, mas não se limita aos movimentos sociais. O termo "popular" também não se limita a um território específico, seja ele a periferia urbana ou territórios ancestrais. Conceituamos o "popular" como uma força política que se forma e se reforma ao longo do tempo e dos espaços que atravessa. Ela emerge daqueles que, fora dos círculos de acumulação de "poder", precisam navegar e negociar os desafios da vida cotidiana para viver e sobreviver. Essa força política, que chamamos de "popular", é aquela que transforma as demandas da vida cotidiana, a sobrevivência e a conceituação de "uma vida melhor" em lutas coletivas. Ela inclui, portanto, uma variedade de atores, ideologias, estratégias, táticas, objetivos e organizações que, na maioria dos casos, emergem de grupos que têm, estruturalmente, pouco "poder".

Nesse sentido, é arriscado delimitar o "popular". Por um lado, essa indefinição explica seu grande potencial: muitas vezes não sabemos onde, quando ou como as lutas surgirão. Por outro lado, essa incerteza é provavelmente o que a torna mais ameaçadora para aqueles que, ao contrário do "popular" acumulam poder, ou simplesmente para aqueles que se encontram em uma posição de poder em uma situação específica. Como o que é popular é difícil de entender e qualquer delimitação só dura por um certo tempo, controlar o poder do popular é uma tarefa constante, mas sempre a ser recomeçada e sempre inacabada. Paradoxalmente, é, portanto, impossível de ser definido e circunscrito de forma definitiva. Quando ele é articulado em lutas específicas e, portanto, se define e se permite ser apreendido, ele não é mais "popular" em si mesmo. Ele já pode ser recuperado, desviado pelo jogo político ou reprimido. Assim, as lutas populares emergem desse "popular", mas cada uma delas se articula e se organiza de maneira específica em seu contexto histórico, político, econômico, cultural e social.

As lutas populares discutidas nesta edição especial nem sempre são aquelas que buscam a grande noite da revolução (embora isso também não seja necessariamente excluído). Assim, as lutas populares não se permitem agrupar em torno de ideologias, objetivos ou estratégias políticas comuns, mesmo que isso não necessariamente as impeça de fazê-los em determinados momentos. Considerando a indefinição do termo "popular", as lutas populares não se permitem ser enquadradas em categorias, ou pelo menos não inicialmente. Em vez disso, elas emergem de lugares, espaços e identidades que são diversos ou liminares, em um contexto de "modernidade" que se baseia na formação de categorias que servem para regularizar, controlar e reprimir (QUIJANO, 1992).

Fluidas e mutáveis, as lutas populares buscam se inserir, abrir, expandir e explorar as lacunas na colonialidade do poder, cujo funcionamento depende e se baseia em categorizações, inclusive as de classe, raça e gênero, mesmo quando isso não é explicitamente identificado

como um objetivo político (QUIJANO, 2005). É a partir dessa perspectiva que as lutas populares são, de certa forma, sempre interseccionais – ou seja, em sua essência, raramente são articuladas a um único sistema de opressão – e plurais – ou seja, os atores só podem ser compreendidos em sua diversidade (COLLINS, BILGE, 2016). Por exemplo, o acesso à moradia não é só uma luta de classe, quando sabemos que as mulheres negras estão sub-representadas nas estatísticas sobre a monoparentalidade e que o acesso à moradia está fortemente ligado à dinâmica da segregação racial.

Essa última pergunta, portanto, acaba nos levando a definir os termos "mulheres" e "gênero", dois termos que estão longe de ser unânimes nos estudos feministas e de gênero. Para garantir uma certa diversidade de orientações e perspectivas teóricas e políticas nesta edição, limitamo-nos aqui a usar o termo "mulheres" no sentido amplo daquelas que se identificam como "mulheres", independentemente das chamadas características "biológicas". Além disso, entendemos o termo como um produto das relações de poder baseadas em gênero, embora reconheçamos que as mulheres não são um todo homogêneo e que outras relações de poder, como as baseadas em raça e classe, contribuem significativamente para a definição social de "mulheres" (DORLIN, 2008). O uso do termo "gênero", por outro lado, abre a porta para pensar no gênero como uma relação de poder. Esse uso do termo também se baseia no reconhecimento de uma diversidade de gêneros além do binômio heteronormativo de mulheres e homens, para incluir as trajetórias e experiências de pessoas que se identificam como gays, lésbicas, bissexuais, trans, queer, intersexuais, assexuais, para citar alguns (LUGONES, 2014).

Assim, antes de nos voltarmos para as contribuições específicas desta edição, gostaríamos de observar alguns dos processos pelos quais uma parte importante e fundamental do engajamento político das mulheres nas lutas populares é invisibilizada ou, quando abordada, é minimizada, desvalorizada ou colocada em segundo plano. O primeiro

processo é o da inclusão superficial. Refere-se ao acréscimo de mulheres ou gênero de forma periférica ao foco principal do estudo, de modo a tornar sua experiência e conhecimento como as de uma minoria, em vez de aplicáveis ou interessantes para a maioria. Esse processo geralmente assume a forma de uma "caixa" ou de algumas frases em que as mulheres são brevemente descritas, enquanto o restante do texto, que pretende discutir o "todo", mostra um verdadeiro androcentrismo (os protagonistas que estão sendo discutidos são, em sua maioria, homens, ou o processo de produção de conhecimento está centrado em conceitos e metodologias centrados na experiência masculinas). Relacionado a esse primeiro processo, o segundo refere-se ao foco nas figuras públicas das lutas populares, que, embora cada vez mais femininas, há muito tempo são predominantemente masculinas quando as lutas são "mistas" (incluem homens e mulheres). O foco nas figuras ativistas mais conhecidas muitas vezes ofusca as pessoas que, embora nunca se tornem interlocutores privilegiados, são as que, no dia a dia, permitem que as lutas populares surjam, se sustentem, cresçam e alcancem seus objetivos (ALVAREZ, 1990). Esse ponto nos leva ao terceiro processo, que diz respeito à questão da temporalidade. Toda luta popular é construída em torno de uma coletividade. Se há momentos de ruptura e exceção na vida dessas coletividades (seja um bairro, uma organização comunitária ou grupos de artistas), eles também devem ser mantidos ao longo do tempo, seja no compartilhamento da vida cotidiana ou na vida organizacional, associativa ou militante.

Considerando os papéis sociais atribuídos às mulheres, especialmente no que diz respeito ao seu papel na "reprodução social" e no "cuidado", não é incomum que grande parte de seu engajamento político ocorra nesse nível (VEILLETTE, 2021; QUINTELA, BIROLI 2022). Ao fazer isso, quando se dá mais atenção às formas mais tradicionais de ação política, como manifestações, assinatura de petições e discursos públicos, a presença e o impacto das mulheres na luta podem parecer menos importantes, ou até mesmo ausentes em alguns casos (BAYAT, 2010; SCOTT, 1990).





Por fim, o último processo é a divisão dicotômica entre as esferas da produção e da reprodução. Ao serem associadas à esfera da reprodução e, em alguns casos atribuídas a ela, as demandas feitas pelas mulheres nas lutas populares são, às vezes, vistas como secundárias, "práticas" (em vez de estratégicas) ou até mesmo não políticas (SAFFIOTI, 2013 [1969]). Por exemplo, pode-se pensar em mulheres em um movimento de assentamentos que gostariam de priorizar a organização de creches, cozinha coletiva ou tarefas coletivas, a fim de garantir a chamada reprodução social. O problema aqui está em um nível mais teórico: a secundarização ou despolitização de tais demandas não está relacionada à sua natureza, mas à sua exclusão da esfera da produção, como se "produção" e "reprodução" fossem de fato duas esferas separadas, e não interligadas. Ao manter essa dicotomia, as mulheres são, de certa forma, relegadas à reprodução, assim como suas demandas, que, em última análise, não abordam as estruturas de "produção" que estão na raiz da desigualdade. Assim, as "demandas das mulheres" são regularmente despolitizadas (BIROLI, 2017).

As contribuições desta edição nos brindam diferentes experiências. Porém, todas se conectam nas expressões que perpassam lutas e movimentos. Ao iniciarmos este número com o texto "Escrevivendo com mulheres negras em movimento" trazemos para a centralidade das nossas reflexões as provocações anunciadas pelas feministas negras e suas expressões advindas de passos que vem de longe. Nessa construção que perfaz o aquilombamento se inserem as mulheres que refletem o fortalecimento das lutas sociais por visibilidade e reconhecimento das pautas na agenda das políticas públicas, potencializando o debate sobre o racismo, o gênero, a sexualidade e outras discriminações e afirmam suas singularidades através de ações e movimentos coletivos que enfrentam as estruturas racistas e patriarcais.

A luta das mulheres está em todos os lugares. No artigo "Interseccionalidade e ambiente rural: uma revisão sistemática (2018-2022) para dialogar com movimentos sociais do campo" discute-se como

a luta do campo tem se utilizado da estrutura interseccional para se balizarem e desenvolverem suas lutas. Evidenciou-se que diversos fatores de opressões estão sendo analisados sobre a ótica da interseccionalidade em diferentes lugares do mundo no ambiente rural, especialmente ao considerar os aspectos de gênero, classe, etnia e raça. Através de ações coletivas, elas agem como resistência à exclusão e provocam novas dinâmicas sociais no campo. Nesse sentido, correlacionar os estudos da interseccionalidade e a participação da mulher camponesa neles traduz em uma inovação das relações de poder nos movimentos sociais.

A cidades como espaço é apresentada em “Lutas populares urbanas: interseções entre trabalho e militância em perspectiva sociobiográfica”, cujo texto discorre sobre as formas de agência dos sujeitos diante das múltiplas temporalidades dos conflitos sociais a partir da abordagem narrativa com uma vendedora ambulante de Belo Horizonte. Refletir acerca das lutas travadas no âmbito das cidades faz ecoar por diferentes caminhos, seja por direitos, por justiça, por reconhecimento, pela democracia, entre tantas outras expressões. A ocupação de áreas urbanas que não cumprem sua função social tem sido um elemento recorrente do repertório de ação dos movimentos de moradia. Nesse artigo, este através de uma trajetória sócio biográfica, faz-se saber sobre a maternidade, o trabalho como ambulante e as atividades junto aos movimentos sociais que une pautas da habitação popular com as do direito ao trabalho dos vendedores de rua.

No campo, nas cidades, nos espaços por onde travam hoje a organicidade de seu debate por reconhecimento e visibilidade, as mulheres pautam suas lutas. No artigo “Movimentos estudantis e a produção de pautas relacionadas a gênero e sexualidade em uma universidade pública do Rio de Janeiro” elas evocam a presença da multiplicidade e da heterogeneidade como luta coletiva. O artigo se debruça sobre uma análise das pautas do CASS/UERJ referente às questões de gênero e sexualidade e busca refletir sobre os efeitos, tensões e limites





da atuação dessa entidade frente ao acirramento do conservadorismo moral entre 2018 e 2020. Para tal, utiliza como lente analítica a interseccionalidade que permite aguçar o olhar sobre como as tramas sociais se relacionam.

O caminho para o enfrentamento da luta pela equidade de gênero passa pela conquista de direitos substantivos e pela prevalência da igualdade de oportunidade entre os sexos na família e na sociedade. Um dos espaços em que esse protagonismo se faz necessário e urgente é no âmbito dos espaços legislativos. Nesse sentido, este número temático reconhecendo as desigualdades de gênero na cidadania política de mulheres parlamentares, reflete acerca da 12ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Esta é a Legislatura com maior número de deputadas negras e oriundas de movimentos sociais, porém observa-se baixa presença das mulheres em cargos diretivos e na presidência das comissões permanentes, demonstrando a persistência de desigualdades políticas de gênero. O potencial de avanço rumo à igualdade é maior quando as reivindicações das mulheres com base na equidade de gênero encontram receptividade nas diversas instâncias de poder. Em termos estratégicos, é necessário construir um caminho rumo à paridade na participação nos espaços de decisão política.

Embora sejam reconhecidos os avanços referentes as mudanças alcançadas pelo movimento feminista, de mulheres e da legislação que assegura direitos a elas, ainda é longa a caminhada no que se refere a violência doméstica. Esta envolve uma construção social de origem machista e patriarcal que decorre do nosso processo de colonização, no qual as relações de poder submetem as mulheres sob o domínio dos homens. Sendo a dependência econômica um dos fatores de vulnerabilidade que muitas vezes fragilizam as mulheres a romperem com o ciclo de violência, este número traz a reflexão acerca de como as políticas públicas que podem contribuir com o empoderamento das mulheres beneficiárias, a exemplo do Programa Bolsa Família e suas condicionali-

dades, referenciadas ao acompanhamento pelos CRAS. Nesse sentido, o poder público é fundamental como agente propositivo de ações potenciais que efetivamente fortaleçam a cidadania das mulheres.

O diálogo sobre questões que acometem diretamente as mulheres e as vulnerabilizam passam por questões estruturantes da sociedade brasileira. Nesse sentido, a grande imprensa tem um papel extremamente relevante na formação da opinião pública, considerando como moldam o olhar da sociedade para questões que por vezes são estruturantes e não apenas de resultado de um processo desigual. O artigo que se propõe a esta contribuição para este número traz o termo Fome na centralidade das matérias veiculadas nos principais jornais digitais do país e como seu enfoque direciona ao entendimento para algo circunstancial e associada a fatores restritos aos indivíduos. A ausência de análises sobre os impactos decorrentes do contexto político e de atuação governamental no período do estudo corrobora para que o modelo societário em curso prevaleça. A fome, espelhada em tantos brasileiros, reverbera com força nas mulheres, uma vez que os corpos das negras são os mais expostos as contradições perpetradas pela sociedade de classe, que interseccionam os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e pela sua condição social as colocam na extremidade da subalternidade.

Seguimos nesse número temático com a voz narrativa de uma liderança do movimento Liderança do Movimento Sem Teto do Centro de São Paulo que traz sua experiência em formato de relato de uma leitura corrida da experiência vivida num processo de criminalização da luta por moradia quando foi associada ao contexto do incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, ocorrido em 2018. Consideramos ampliar o espaço acadêmico para o diálogo a partir da experiência do vivido, destacando que os movimentos de luta por moradia são essenciais para um trabalho em conjunto com populações vulneráveis.

À guisa da conclusão “ouviremos” as vozes de duas lideranças femininas indígenas através de uma entrevista, cujo protagonismo vem





sendo amplificado com a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas liderados por uma mulher. Abordando temas relacionados com os valores e memórias dos povos indígenas, o ingresso na luta, o que é ser hoje uma mulher indígena, a caminhada e os sonhos.

É nessa caminhada de luta, com força, coragem e esperança que convidamos você, leitora e leitor, a seguir conosco com punhos ao ar, construindo um novo mundo possível, em que as mulheres sejam protagonistas da história.

Boa leitura!

Referências

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

BAYAT, Asef. *Life as Politics: How Ordinary People Change the middle East*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017.

COLLINS, Patricia; HILL, Sirma Bilge. *Intersectionality: Key Concepts*. Oxford/ Boston: John Wiley & Sons, 2016

DORLIN, Elsa. *Sexe, genre et sexualités*. Paris: Presses universitaires de France, 2008

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas* 22 (3): 935-952, 2014.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena* 13 (29): 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais – perspectivas latinoamericanas*, edited by Edgardo Lander, 117-142. Buenos Aires: CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

QUINTELA, Débora Françolin; Flávia Biroli. Activism, Justice and the Centrality of Care: Brazilian's 'Mother's Against Police Violence' Movements. *Contemporary Social Science* 17 (3): 276–289. 2022. <https://doi.org/10.1080/21582041.2021.1978533>. <https://doi.org/10.1080/21582041.2021.1978533>.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular. 2013 [1969].

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1990.

VEILLETTE, Anne-Marie. Racialized Popular Feminism: A Decolonial Analysis of Women's Struggle with Police Violence in Rio de Janeiro's Favelas. *Latin American Perspectives* 48 (4): 87–104, 2021.

VEILLETTE, Anne-Marie. Genrer le mythe de la marginalité, de la plantation à la favela. In: *Marges et Marginalité au Brésil: espaces, pouvoir et société*, edited by Frédéric Louault, Margaux de Barros and Kevin Kermoal, 285–297. Bruxelles: Éditions de l'université de Bruxelles, 2022.

Notas

- 1 Urbanóloga e feminista. Pesquisadora de pós-doutorado do Centro de estudos africanos e do Centro de estudos latino-americanos (CLALS) da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6778-0844>. E-mail: amveillette@gmail.com
- 2 Assistente Social. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio – Departamento de Serviço Social), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2208-1054>. E-mail: nr.nunes@puc-rio.br



